



*Cacique Arnaldo Kaba Munduruku
participa de ativação na Central
dos Correios, em SP*



© LUCIANA CAMARGO/GREENPEACE

- 2 MODELOS DE SUSTENTABILIDADE
- 8 PARCEIROS LOCAIS
- 14 DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS
- 19 PESQUISA E DIFUSÃO
- 23 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Milhares de pessoas fazem imersão no Xingu

O filme em realidade virtual Fogo na Floresta, exibido em diversos eventos e cidades, levou uma multidão ao Xingu. **p.18**

Rede de Sementes do Xingu comemora dez anos de conquistas

Foi um encontro histórico no polo Diauarum, no Território Indígena do Xingu (MT), que reuniu cerca de 300 pessoas, entre indígenas, agricultores familiares e urbanos, produtores rurais e parceiros. **p.2**

Livro sobre os cogumelos Yanomami ganha Prêmio Jabuti

Ana Amopô: Cogumelos Yanomami é o vencedor, na categoria Gastronomia, da 59ª edição da principal premiação literária do país. Trabalho de parceria entre pesquisadores indígenas Yanomami e não indígenas. **p.22**

Quilombolas do Vale do Ribeira festejam 10ª feira de mudas e sementes

O balanço dos dez anos de trocas entre as comunidades é positivo. Mais de 200 variedades de sementes foram compartilhadas, muitas delas consideradas perdidas. **p.4**



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Da esquerda para a direita: Makupa Kaiabi, Makawa Ikpeng, Kampot Ikpeng e Atakaho Waurá no TIX

Rede de sementes festeja seus dez anos

A Rede de Sementes do Xingu (RSX) comemorou seus dez anos em um encontro histórico no polo Diauarum, Território Indígena do Xingu (MT), no final de julho. Cerca de 300 pessoas, entre indígenas, agricultores familiares e urbanos, produtores rurais e parceiros, trocaram experiências sobre a iniciativa que hoje se consolidou como a maior rede de sementes nativas do Brasil e alternativa viável e geração de renda para centenas de famílias que vivem na região do Xingu e Araguaia.

Uma das expectativas dos coletores presentes era saber se as sementes colhidas e beneficiadas estão ajudando efetivamente na recuperação das áreas degradadas da região. E ouviram que com as sementes foram recuperados mais de cinco mil hectares nas bacias do Xingu e Araguaia e outras regiões do Cerrado e Amazônia. Foram utilizadas 175 toneladas de sementes nativas coletadas e beneficiadas por 450 coletores, gerando uma renda de R\$ 2,5 milhões para as comunidades.

Estima-se que cerca de 200 mil hectares de matas de beira de rio estejam desmatadas ou degradadas na região das cabeceiras. O desmatamento no entorno e a

pressão causada por atividades agropecuárias é uma preocupação constante para os integrantes da Rede, hoje com 13 núcleos de coletores de sementes em 16 municípios nas bacias do Xingu e Araguaia, abrangendo 15 Assentamentos Rurais, uma Reserva Extrativista na Terra do Meio (PA) e 17 aldeias de sete povos que vivem em quatro Terras Indígenas.

A técnica da muvuca, uma mistura de espécies de sementes florestais e adubação verde, vem sendo utilizada na recuperação dessas áreas e tem se revelado muito mais eficaz em comparação a outros métodos convencionais.

Sementes levam prêmio Desafio Ambiental

A Rede foi escolhida entre 130 inscritos pelo trabalho inovador de produção comunitária de sementes nativas na Bacia do Rio Xingu e Araguaia. Promovido pelo WWF-Brasil, em parceria com Impact Hub, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Ministério do Meio Ambiente, o Desafio Ambiental tem como objetivo identificar e fortalecer experiências inovadoras e modelos de negócio e de produção que promovam a restauração florestal.

Saiba mais <http://isa.to/2fGqrtq>

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2z8jpEs>

Mudanças climáticas e política para lideranças indígenas

Vinte e cinco lideranças, representando 20 povos indígenas de diversos estados brasileiros participaram no início de outubro, em Brasília, da última etapa de um curso de formação sobre mudanças do clima e instrumentos para atuação política. Promovido pelo ISA e pela Rede de Cooperação Amazônica (RCA) com apoio da Rainforest Foundation da Noruega (RFN), o curso foi dividido em três módulos, realizados em diferentes momentos dos dois últimos anos, nos quais os participantes tiveram aulas sobre mudanças climáticas e assuntos relacionados como os impactos sobre a biodiversidade e as águas, ministradas por professores universitários e pesquisadores.

Espaços de aprendizado, os encontros permitiram a troca de experiências entre os indígenas, que falaram sobre as percepções das alterações no clima global e as iniciativas relacionadas em

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2xU41iz>



Alunos da formação recebem certificado do curso em Brasília

seus territórios. Eles também participaram de um seminário na Câmara dos Deputados sobre as percepções e experiências indígenas sobre as mudanças do clima global com palestras de lideranças históricas do movimento indígena como Davi Kopenawa Yanomami e Ailton Krenak.

A última etapa do curso contou com uma formação em comunicação, onde foram compartilhadas técnicas para aprimorar as narrativas visando à incidência política em espaços formais de participação.

Decreto regula a pesca esportiva na Amazônia

Uma parceria entre comunidades indígenas, governo, ISA e Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) está promovendo o ordenamento pesqueiro em Terra Indígena e Área de Proteção Ambiental (APA) Tapuruquara em Santa Isabel do Rio Negro (AM). Um passo importante para a implementação desse ordenamento foi a promulgação do novo Decreto de Pesca Esportiva para a APA, inédito, exigindo o controle e o cadastro das empresas que pretendem operar no município. Também será estabelecido um número limite de turistas por afluentes e o respeito ao rodízio para manejo das áreas de pesca e a repartição do benefício com as comunidades indí-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2v4VBCB>



Foz do Rio Marié no Rio Negro, entre Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira (AM)

genas. A temporada experimental viabilizou uma estrutura inicial de fiscalização e monitoramento, com dados que possibilitarão a construção de um modelo inovador a partir de 2018. Santa Isabel poderá se orgulhar de ser o primeiro município brasileiro a ordenar a pesca em seu território.



© CLÁUDIO TAVARES/ISA

21 comunidades celebraram a recuperação das tradições e a importância do Sistema Agrícola Quilombola

A força da produção quilombola

Ao longo de uma década, o balanço da Feira de Troca de Sementes e Mudanças do Vale do Ribeira, que completou dez anos em agosto, é muito positivo. Mais de 200 variedades de sementes foram compartilhadas, muitas delas consideradas perdidas pelas comunidades. Um paiol de sementes foi criado em 2015 para armazená-las. E mais e mais variedades foram sendo trazidas, compartilhadas e semeadas, ao mesmo tempo em que as comunidades têm seus territórios ameaçados por uma ação que está em julgamento no Supremo Tribunal Federal (veja página 14). O julgamento e a defesa dos direitos quilombolas foi o tema de um seminário que precedeu a feira e reuniu mais de 250 pessoas. Neste ano, o evento contou com a participação de 21 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Um recorde para celebrar a recuperação das tradições e demonstrar a força da produção do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola, com roças que garantem os alimentos, geram renda para as comunidades e fortalecem a agrobiodiversidade regional. Associações quilombolas e o ISA apresentaram o Sistema

Agrícola ao Iphan para torná-lo patrimônio imaterial brasileiro (veja quadro abaixo).

A feira, que se realiza na cidade de Eldorado, também é um ponto de encontro para conhecer as tradições culturais e gastronômicas do Vale do Ribeira. Enquanto as apresentações da Dança Nhá Maruca, o grupo de fandango batido de São Gonçalo, violeiros e grupos de capoeira movimentavam a Praça Nossa Senhora da Guia, o público, estimado em 400 pessoas, circulava pelas tendas perguntando nome e origem de frutas, mudas e sementes.

Mais perto de se tornar patrimônio imaterial

O conjunto de conhecimentos transmitido na prática, em que os mais jovens aprendem ao assistir e colaborar com os mais velhos, que compõe o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola foi apresentado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com 19 associações quilombolas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em dossiê, documentos e um documentário, para se tornar patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Saiba mais <http://isa.to/2IFsNon>

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2x9hEqG>



© JOSÉ IGNÁCIO

Yanomami e Ye'kwana fazem apresentações durante oficina em novembro



© ANA PAULA SILVA/ISA

Participantes do encontro na Ilha de Duraka, em São Gabriel da Cachoeira

Planos de Gestão dos índios do Rio Negro e de Roraima estão na reta final

No Rio Negro, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), a Funai e o ISA coordenaram o último encontro antes da produção dos documentos dos PGTA das sete Terras Indígenas (TIs) rionegrinas: Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro I e II e Rio Téa. As lideranças se reuniram na ilha de Camanaus, conhecida também como Duraka, em São Gabriel da Cachoeira, e por isso, o encontro foi batizado como GT Duraka. O objetivo foi sistematizar as propostas das diversas comunidades indígenas feitas durante toda a etapa de consulta, que englobou 32 oficinas. Encaminhamentos e sugestões sobre temas prioritários como saúde, educação e geração de renda foram apresentados pelos coordenadores dos PGTA em cada região.

Passo crucial na construção dos documentos sínteses dos PGTA, o GT também é um momento chave para promover diálogos com instituições públicas municipais, estaduais e federais. Rodas de debates e mesas de diálogo com convidados abordaram temas diversos. Os PGTA têm apoio da Aliança pelo Clima, Fundação Gordon e Betty

Moore, Horizont3000, Fundação Rainforest da Noruega e Fundo Amazônia/BNDES.

Também em novembro, os Yanomami e Ye'kwana deram continuidade à construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Yanomami (TIY). Cerca de 120 lideranças se reuniram no Lago Caracaranã na III Oficina Temática do PGTA para discutir educação escolar, saúde indígena, governança interna e o protocolo de consulta dos Yanomami.

Para abrir as discussões sobre saúde e educação foi feita uma análise histórica da atuação de diferentes instituições na TIY. Em seguida, falas do Prof. José Bessa (UERJ) e do Dr. Douglas Rodrigues (Escola Paulista de Medicina) inspiraram a elaboração de diretrizes propositivas nestes temas. Indígenas da etnia Wajãpi, Juruna e Kawaiwete foram convidados a inaugurar a discussão para estruturação de um sistema de governança interna da TIY, visando a elaboração do Protocolo de Consulta.

O consenso geral é que o fórum do PGTA vem se tornando um importante meio para a tomada de decisões que afetam toda a TIY. O processo, que dura mais de três anos, se encerra em 2018. Estão programadas três oficinas regionais e uma grande oficina de consolidação no final de ano de 2018. O PGTA conta com apoio do Fundo Amazônia/BNDES, Fundação Rainforest da Noruega e Embaixada da Noruega.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2n7dHSG> e
<http://isa.to/2mPIUtr>



© MARCELO COUTINHO

Lideranças indígenas, ribeirinhas, extrativistas e parceiros reuniram-se no 3º Encontro Xingu+, em Brasília, fortalecendo a articulação entre os povos xinguanos

CONHEÇA O OX:
<https://xingumais.org.br/observatorios>

Aliança em defesa do Xingu se fortalece

Desafios a enfrentar e estratégias para o futuro com foco na proteção e gestão do território foram temas do 3º Encontro Xingu+ Diversidade Socioambiental no Coração do Brasil. Cerca de 100 lideranças indígenas, ribeirinhas, extrativistas e parceiros reuniram-se em Brasília, em outubro, fortalecendo a articulação entre os povos xinguanos. Eles vivem nos 28 milhões de hectares entre Mato Grosso e Pará que compõem o Corredor de Diversidade Socioambiental do Xingu, e abriga uma das maiores diversidades socioambientais do mundo. Mas nem por isso livre de ameaças que colocam em risco a integridade do território e os modos de vida de seus povos.

Realizado a cada dois anos, o Xingu+ tem o objetivo de promover alianças e fortalecer as parcerias entre os xinguanos e seus aliados, para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e a criação de estratégias integradas de gestão de seus territórios. Durante o encontro, foi lançado o Observatório Xingu (OX), ancorado na Plataforma Colaborativa Xingu+.

Trata-se de uma ferramenta que monitora e acompanha o desmatamento, a degradação ambiental, os conflitos territoriais, os focos de calor e empreendimentos na

região. Mais do que um banco de dados referência, ele permite aos xinguanos acompanhar tudo isso em seus dispositivos e enviar mensagens por meio de um sistema de alerta. Os participantes testaram a ferramenta e puderam verificar conflitos em suas áreas e compartilhar estratégias para enfrentá-los.

O desafio de mostrar a importância do Corredor do Xingu para o mundo e fortalecer a comunicação entre seus moradores foi pauta dos encontros anteriores, em 2013 e 2015. O lançamento do OX na Plataforma Xingu+ consolida e facilita esse processo já que foi elaborado de forma colaborativa com os xinguanos. Ali estão informações sobre o Corredor, histórico da aliança do Xingu, iniciativas produtivas, acervo e monitoramento em tempo real de pressões e ameaças sobre o território e seus povos. Foram apresentados também os resultados do selo Origens Brasil, iniciativa do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) e do ISA. O selo figura em dez produtos da Bacia do Rio Xingu e vem dar mais transparência às cadeias de produtos da floresta, assegurando sua origem e ajudando o consumidor a identificar empresas que valorizam e respeitam, em suas práticas, os Territórios de Diversidade Socioambiental, como é o caso do Xingu.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2lmjBOH>

Mais um passo no ecoturismo Yanomami

Depois de quatro anos de trabalho na construção da primeira startup de turismo Yanomami, os índios Yanomami entregaram à Funai e ao ICMBio o Plano de Visitação ao Pico da Neblina, chamado *Yaripo* durante a Assembleia da Ayrca (Associação Yanomami do Rio Cauburis e Afluentes), realizada no final de julho, em São Gabriel da Cachoeira.

A entrega, etapa fundamental na estruturação do ecoturismo de base comunitária, que vem sendo desenvolvido com as comunidades da região de Maturacá (AM), aconteceu após a realização de nova expedição técnica ao *Yaripo* para diagnosticar e propor melhoras em pontos críticos da trilha e testar um sistema de radiocomunicação que permita a comunicação durante todo o percurso, assegurando assim condições de segurança da atividade. O diagnóstico da trilha foi feito por Nelson Brugger, da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME).

Participaram da expedição representantes da Funai, do ICMBio, do ISA, da Universidade de Boston e do jornalista

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2vPpO6l>



© MARCOS AMEND

O líder yanomami Julio Góes entrega plano a gestora do Parque Nacional Pico da Neblina/ICMBio Luciana Uehara

Marcelo Leite, da Folha de S. Paulo e do fotógrafo Marcos Amend. Funai e ICMBio devem avaliar e aprovar o Plano de Visitação para que a trilha possa ser reaberta aos turistas. Entre 18/11 e 13/12, integrantes da CBME participaram de nova expedição, para fazer melhorias na trilha, com a instalação de 58 degraus de aço inoxidável nos pontos mais críticos.

No final de novembro, o projeto *Yaripo* recebeu o Prêmio Gol Novos tempos, na cerimônia de entrega da premiação Trip Transformadores, no auditório do Ibirapuera, em São Paulo, concedido pela revista TRIP.

Turismo comunitário nas Serras Sagradas

Organização e intensa participação das cinco comunidades que participam do projeto de turismo comunitário Serras Guerreiras de Tapuruquara, em Santa Isabel do Rio Negro, noroeste amazônico, foram os principais ingredientes para o sucesso das expedições realizadas em outubro e novembro. As comunidades indígenas foram orientadas pelos parceiros – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (Acir), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), ISA e Garupa - que trabalharam e desenvolveram juntos roteiros e

atividades que compõem uma experiência de aventura e cultura em meio à espetacular diversidade natural do Rio Negro, guiada pelos povos que ali vivem há milhares de anos.

Os turistas, dez em cada roteiro, se sentiram acolhidos e muito bem cuidados. Os professores indígenas e seus alunos trabalharam na decoração das comunidades e nas oficinas de artesanato e exposição dos objetos. Para recebê-los, os indígenas construíram banheiros secos, reformaram e construíram alojamentos, prepararam as trilhas e ofereceram banquetes gastronômicos com ingredientes do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, patrimônio cultural do Brasil.

SAIBA MAIS EM:
<http://www.serrasdetapuruquara.org>



© CLAUDIO TAVARES/ISA

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2wo1Ct0> e
<http://isa.to/2n9h1Nb>

O antropólogo Moreno Saraiva (à dir.), do ISA, explica a origem dos produtos do Rio Negro

Sabores e presentes da floresta na vitrine do Mercado de Pinheiros

Foram dois eventos promovidos pelo ISA, Instituto ATÁ, Imaflora e parceiros, no Box Amazônia e Mata Atlântica, no Mercado de Pinheiros, em São Paulo, para que o público conhecesse de perto as iniciativas que mantêm a floresta em pé e fortalecem os povos indígenas e comunidades tradicionais que nela vivem. O primeiro, “O que é que a floresta tem”, aconteceu em agosto, com degustações, apresentações culturais e outras atividades como a estação para imersão no “Fogo na Floresta”, primeiro filme em realidade virtual realizado em uma aldeia indígena do Xingu. O segundo, “Presentes da floresta – descubra suas origens”, no final de novembro, apresentou um leque de produtos florestais diferentes para compor uma cesta de Natal.

No primeiro evento, o público experimentou o mingau de babaçu com cacau, feito com a farinha de mesocarpo de babaçu dos extrativistas da Terra do Meio, assistiu a uma apresentação de fandango dos quilombolas do Morro Seco, de Iguape (SP), provou um caldo de cogumelos Sanõma com Pimenta Baniwa, dos Baniwa do Rio Negro, e pode conhecer a origem e histórias dos produtos do

Xingu através do Selo Origens Brasil. Conheceram, também, produtos que já estão no mercado, como o Mel dos Índios do Xingu, o Óleo de Pequí Kisêdjê, o óleo e a castanha do Pará “Vem do Xingu”, a Pimenta Baniwa, a Pimenta Katamoto, a Banana Chips – Tradição Quilombola, e outras novidades ainda em desenvolvimento.

O segundo evento apresentou os produtos Origens Brasil, iniciativa do Imaflora em parceria com o ISA, para promover a valorização dos produtos da floresta e suas populações, atuando como elo e promovendo relações comerciais éticas e transparentes entre produtores, consumidores e empresas. Através de um código digital (QR Code) nas embalagens dos produtos é possível saber sua origem e histórias das populações e seus territórios.

A programação incluiu uma apresentação da Dança Nhá Maruca (Vale do Ribeira/SP), a estação para imersão no filme “Fogo na Floresta” e degustação de produtos do Rio Negro, Xingu e Vale do Ribeira, preparada pela chef Bárbara Andrade. As duas atividades fazem parte do projeto Territórios da Diversidade Socioambiental, apoiado pela União Europeia e pelo Fundo Amazônia/BNDES.



CONHEÇA ESSA HISTÓRIA:
<https://panara.socioambiental.org/>

Os Panará dançam em festa no Parque Indígena do Xingu, antes de se mudarem para sua terra ancestral

A volta por cima dos índios Gigante

Com muita festa, os Panará comemoraram em outubro, vinte anos de seu retorno à parte de sua terra ancestral, de onde foram retirados e levados a um exílio forçado para o Parque Indígena do Xingu. Eles estiveram à beira do extermínio, mas sobreviveram, cresceram e realizaram o sonho de voltar às suas terras. Entraram para a história dos indígenas e do indigenismo como o primeiro povo indígena no Brasil a ganhar uma ação indenizatória contra a União por danos morais e materiais. Um especial multimídia produzido pelo ISA conta a saga desse povo indígena. Eles foram desalojados de suas terras na região do Rio Peixoto de Azevedo (MT) por conta da construção da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163).

Conhecidos como índios Gigantes ou Kreenacore foram vitimados por diarreias, gripes e outras doenças, do contato com os brancos. Dos 400 indivíduos que eram, ficaram reduzidos a pouco mais de 70. Por essa razão, foram levados para o Parque do Xingu onde nunca se adaptaram. Na década de 1990 realizaram um sobrevoo na região do Peixoto de Azevedo e descobriram uma área de floresta intacta. Começaram a luta pela volta. O retorno começou em 1995 com a inauguração da primeira aldeia, a Nãsepotiti e terminou em 1997. Hoje eles são mais de 500, fundaram mais quatro aldeias e iniciaram, com apoio do ISA, um movimento de resgate de suas roças tradicionais e recuperação de hábitos alimentares perdidos ao longo do tempo pelo contato com os brancos. Entretanto, não estão a salvo de ameaças pela pressão do agronegócio no entorno de suas terras. Alguns exemplos são a mortandade de peixes no Rio Iriri, no final de julho, cujas causas ainda estão sendo pesquisadas, e o fogo descontrolado nas roças em função de alterações climáticas, registrado em outubro.

Curtas

► A voz dos Juruna

Os índios Juruna que vivem na Terra Indígena Paquiçamba, na Volta Grande do Xingu (PA), região altamente impactada pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte elaboraram, a exemplo dos povos indígenas xinguanos, seu Protocolo de Consulta. O conjunto de regras detalha de que forma a comunidade deve ser consultada antes que seja encaminhada qualquer decisão do governo - municipal, estadual ou federal - que possa afetar sua terra ou seus direitos. Obras de infraestrutura, novas leis, formulação de políticas públicas são exemplos de decisões que devem passar pela consulta prévia e informada. Lembram que não foram consultados quando da construção de Belo Monte e a Volta Grande sofre com a redução de mais de 80% da vazão da água em 100 quilômetros do Rio Xingu.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2zgX4cT>



Mulheres Yanomami discutem saúde em assembleia

A II Assembleia de Mulheres Yanomami - *Kumirãyõma*, realizada em junho, na região de Maturacá, na Terra Indígena Yanomami, contou com cerca de 150 participantes. Elas debateram questões de saúde e ressaltaram que os conhecimentos tradicionais para lidar com as doenças precisam ser considerados. Também enfatizaram que as equipes de saúde precisam ser orientadas no relacionamento com a comunidade. Estes e outros itens relevantes estão em uma carta de recomendação, elaborada pelas participantes, na qual identificam doenças ocasionadas pelo aumento do consumo de alimentos da cidade e lembram a riqueza de alimentos disponível no território. As mulheres também alertam o Distrito Sanitário Yanomami para a necessidade de atividades de esclarecimento e orientação sobre procedimentos específicos

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2tD7GuV>



As indígenas ressaltaram a importância do conhecimento tradicional para tratar doenças

cos, como os exames de prevenção de câncer de colo de útero. E ressaltam a importância do conhecimento tradicional dos xamãs nos tratamentos das doenças e sua prevenção. Tanto as mulheres quanto os homens mais velhos reforçaram junto às mais jovens os cuidados que devem ter durante a primeira menstruação para garantir uma boa saúde e, ainda, o respeito aos resguardos do pós-parto.

Comunidades tradicionais avançam no Cadastro Ambiental Rural

Representantes de povos e comunidades tradicionais apresentaram reivindicações e encaminhamentos para o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em seminário realizado em Brasília, em outubro. Promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para Povos e Comunidades Tradicionais, o encontro teve o ISA como um dos parceiros.

Este foi o primeiro espaço de diálogo em nível nacional entre esses povos, os órgãos estaduais de meio ambiente e o governo federal, desde que o Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, que instituiu o CAR, entrou em

vigor. Os encaminhamentos envolvem desde o momento de inscrição no Sistema Nacional do CAR (Sicar) até a etapa posterior – a validação dos cadastros pelos órgãos estaduais.

Certas exigências do Sicar e do próprio Código Florestal não se adequam à realidade e aos modos de vida desses povos. Por isso, a necessidade de adotar normas específicas para eles no momento da análise para que os cadastros incluídos no sistema não sejam cancelados por falta de adequação.

Entre as orientações dadas aos órgãos estaduais pelo SFB está a de que sejam considerados, em um primeiro momento, apenas os contornos reconhecidos pelas comunidades para a realização do cadastro, evitando que sejam forçadas a adaptar suas formas de ocupação do solo ao modelo do Código Florestal.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2vFEt4G>



© ROBERTO ALMEIDA/ISA

José da Costa, do quilombo Nhunguara, conta as experiências dos quilombolas em relação às barreiras que dificultam a venda de seus produtos

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2zoBgw8>

Quilombolas querem leis adequadas à sua produção

Comunidades do Vale do Ribeira (SP) decidiram em seminário realizado no Quilombo André Lopes, unir esforços para exigir leis adequadas à produção local, que facilitem o caminho dos produtos para chegar às prateleiras dos supermercados. Os produtos quilombolas do Vale do Ribeira são fruto de uma tradição de séculos, transmitida de geração em geração. Produzidos organicamente a partir de roças sustentáveis, protegem a Mata Atlântica e, mesmo assim, encontram barreiras legais intransponíveis para a comercialização.

A farinha de mandioca, a taiada (doce de farinha de mandioca, gengibre e melado de cana), a rapadura e a banana chips elaboradas artesanalmente nos quilombos têm um problema comum: as regras de licenciamento e fiscalização que não contemplam os pequenos produtores e dificultam que sua produção chegue a um mercado maior.

O seminário “Estratégias de Licenciamento Sanitário para empreendimentos de comunidades quilombolas e agricultura familiar”, realizado pelo ISA em novembro, apresentou às comunidades as hierarquias e os órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização e licenciamento

de produtos. Mostrou, também, o emaranhado de legislações municipais, estaduais e federais que requerem atenção especial das comunidades e estratégias para avançar nos diálogos entre quilombolas e o poder público. A ideia é evitar que investimentos na região gerem expectativa e frustração, como já aconteceu no passado.

Outras dificuldades apontadas são o licenciamento ambiental, a disponibilidade de áreas legais, áreas ocupadas por terceiros, a disponibilidade e acesso à água potável, além de questões estruturais. Como se fosse pouco, o Estado de S. Paulo, ao contrário de outros estados, não tem legislações sanitárias e de certificações específicas para pequenos empreendimentos da agricultura familiar. Por isso, produtos processados das comunidades quilombolas seguem as mesmas regras de grandes indústrias de alimentos.

Daí, a decisão tomada pelas associações quilombolas em manter diálogo constante com autoridades sanitárias municipais e estaduais. A ideia é implementar um processo que reconheça a tradicionalidade e o conhecimento agrícola quilombola, hoje mais perto de se tornar patrimônio imaterial brasileiro (veja mais à página 4).



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2hijJoX>

Grupo que participou da oficina de comunicadores indígenas na sede do ISA, em São Gabriel da Cachoeira

Nasce a rede de comunicadores do Rio Negro

Em novembro, 17 jovens de oito diferentes etnias rionegrinas lançaram um boletim informativo de áudio, o *Wayuri*, durante a I Oficina de Formação da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, realizada na sede do ISA em São Gabriel da Cachoeira (AM). O boletim (*ouça em <http://isa.to/2ncHTvG>*) é o resultado prático da iniciativa e será distribuído via radiofonia, internet, whatsapp e rádios AM e FM. É produzido por correspondentes indígenas das calhas dos rios Uaupés, Içana e Jurubaxi, que gravam notícias em áudio e enviam por whatsapp e radiofonia para os editores do boletim, Lucas Tariano e Claudia Wanano, que vivem em São Gabriel da Cachoeira.

Os índios aproveitam a internet pública via satélite das escolas nas Terras Indígenas, o sistema de radiofonia e compartilham arquivos de seus celulares através do ShareIT (app de transferência de arquivos ultra veloz), driblando a falta de infraestrutura de comunicação e dando maior alcance às suas vozes. Vale até enviar pendrive com o áudio gravado pelo parente que está indo da aldeia para a sede do município de São Gabriel da Cachoeira, onde será editado o *Wayuri*. O boletim também pode ser ouvido nos canais de comunicação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) nas redes sociais, pelo sistema de radiofonia (com 180 estações nas TIIs do Rio Negro), pelas rádios FM e AM de São Gabriel da Cachoeira e pelo whatsapp. Quem quiser receber o *Wayuri* pelo celular, basta enviar uma mensagem para (97) 9841-55746.

A oficina, conduzida pelas jornalistas Letícia Leite, do Programa Política e Direito Socioambiental e Juliana Radler, do Programa Rio Negro, faz parte do projeto de fortalecimento da comunicação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Curtas

ISA apoia reforma da maloca Casa do Conhecimento

Espaço de aprendizado, troca de conhecimentos e de realização de atividades culturais e festas, a maloca Baniwa Casa do Conhecimento, situada em Itacoatiara-Mirim, em São Gabriel da Cachoeira, iniciou uma campanha para sua reconstrução com apoio do ISA. Dez anos depois de concluída sua construção, o espaço precisa ser reformado. A palha bussu do telhado começou a quebrar e os esteios que sustentam a estrutura estão comidos por cupins. A campanha pela reconstrução é liderada pelo Mestre Luís Baniwa. Foram criadas uma conta bancária, uma página no Facebook, além de um email enviado à lista de visitantes que passaram pela maloca e deixaram seus contatos. Também um vídeo e uma carta foram divulgados pedindo apoio. Até novembro haviam sido arrecadados R\$ 20 mil que somados a apoios de transporte para coleta de material permitiram começar a reforma. **Ainda dá tempo de colaborar. Apoie e doe pelo email malocaitacoatiara@gmail.com.**

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2slmJTA>



Índios do Xingu recebem Prêmio Equatorial da ONU em Nova York

Em setembro, a Associação Terra Indígena do Xingu (Atix) recebeu em Nova York, o Prêmio Equatorial 2017, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da ONU, pelo trabalho pioneiro na autocertificação de um produto orgânico: o Mel dos Índios do Xingu. Realizado em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) há quase duas décadas, o trabalho com o mel já se consolidou como alternativa de geração de renda articulada com o modo de vida dos povos indígenas. Envolve 100 apicultores de 39 aldeias dos povos Kawaiwete, Yudja, Kisêdjê e Ikpeng, todos eles moradores do Território Indígena do Xingu, no Mato Grosso.

Em 2015, a Atix, escolhida entre 800 organizações de 120 países se tornou a primeira associação indígena certificadora de produção orgânica e conquistou o credenciamento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa),

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fyt9RJ>

© RONNY HANSEN/RRR



Yakari Kuikuro (à dir.), atual presidente da Atix e Ianukula Kaiabi Suia (à esq.), primeiro coordenador do projeto do mel, receberam o prêmio

responsável pela normatização e fiscalização das regras da produção orgânica no Brasil. A Atix foi escolhida entre 800 organizações de 120 países. Criado em 2002, o Prêmio Equatorial prestigia grupos locais e comunidades indígenas de áreas rurais que desenvolveram soluções inovadoras para proteger, restaurar ou promover o manejo sustentável da natureza.

Mulheres Baré criam associação no Alto Rio Negro

Em outubro, um grupo de mulheres da comunidade Baré de São Gabriel Mirim, na Terra Indígena de Cué-Cué Marabitanas uniu-se e criou a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro para valorizar dois elementos fundamentais de sua cultura: o artesanato e a agricultura. Da floresta e da roça saem os alimentos e também a matéria-prima para o artesanato.

A atividade artesanal na comunidade nasceu da confecção dos artefatos para pesca, roça e trabalhos domésticos com materiais encontrados na floresta. Aturás, peneiras, tipitis e linhas de pesca feitas com fibras de tucum (espécie de palmeira), cipó titica e casca de tururi (um tipo de árvore) deram origem a novas peças confeccionadas pelas mulheres. Além de continuar produzindo os objetos tradicionais, hoje, os Baré confeccionam bijuterias

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2xivjL1>

© JULIANA RADIER/ISA



Diretoria eleita da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amiarn)

e artefatos decorativos para casa. Um dos maiores desafios do associativismo indígena no Rio Negro é a gestão administrativa e financeira das associações. Mas existem outros que a associação terá de enfrentar como escoar e vender a produção a preço justo e buscar parcerias e capacitações.



© GUSTAVO AMORA / COMOVA

Da esq. para a dir.: Ronaldo Santos, Givânia Silva e Maria Lidiane Apolinário em frente ao STF no dia da entrega das 70 mil assinaturas

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2uFEtDt> e
<http://isa.to/2m7k3km>

O Brasil é quilombola, Nenhum quilombo a menos!

Com esse mote, escolhido pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e diversas organizações da sociedade civil, iniciou-se no final de julho uma campanha de sensibilização da população brasileira contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239, cujo julgamento seria retomado em agosto pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essa ação foi enviada à Corte em 2004 pelo extinto Partido da Frente Liberais atual Democratas, questionando o Decreto nº 4887/2003, que regulamenta a titulação de terras de quilombo.

O julgamento, iniciado em 2012, adiado por duas vezes neste ano e novamente retomado em novembro, foi paralisado por pedido de vista do ministro Luís Edson Fachin. A campanha contou com um vídeo de lançamento estrelado pelos atores Ícaro Silva e Leticia Colin e uma petição online pedindo apoio ao decreto quilombola. Inicialmente, foram

mais de 70 mil assinaturas entregues ao STF. Em novembro, as assinaturas já passavam dos 100 mil. Até o momento, o placar do julgamento é de 2 a 1 a favor do decreto. O voto do ministro Dias Toffoli, no entanto, prevê um marco temporal, ou seja, só teriam direito aos seus territórios aqueles quilombolas que os ocupavam em 5/10/1988, data de promulgação da Constituição.

O problema é que o marco desconsidera o histórico de expulsões, violência e violações de direitos sofridos pelas comunidades. Desconsidera ainda as dificuldades das comunidades tradicionais para ter acesso a documentos e instituições que comprovem a posse da terra ou sua expulsão. Outros oito ministros ainda devem votar em retomada sem data ainda fixada.

Caso a ADI seja acatada pelo STF, o futuro das comunidades estará em perigo. Novas titulações podem ser inviabilizadas sem o decreto. Mais de seis mil comunidades ainda aguardam o reconhecimento de seu direito, segundo a Conaq.

ASSINE A PETIÇÃO:
<http://isa.to/2vQpzsA>

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2xdoNZY>

© CRISTIANO COSTA/GREENPEACE



Movimento #Resista, que reúne organizações da sociedade civil, incluindo o ISA, promove protesto em Brasília

#Resista contra os retrocessos socioambientais

Os retrocessos contra os direitos socioambientais marcaram o ano de 2017. Medidas que colocam em risco o meio ambiente e as populações tradicionais avançaram no Executivo e Legislativo. Estão em jogo temas como licenciamento ambiental, áreas protegidas e demarcação de Terras Indígenas (TIs).

O ISA e mais de 130 organizações se uniram no movimento #Resista, articulação criada para fazer frente aos retrocessos. No segundo semestre de 2017, o movimento realizou manifestações em Brasília e atuou junto ao governo e ao Parlamento para barrar as ameaças.

A intensa mobilização social fez o governo voltar atrás na ideia de abrir para a exploração mineral uma área enorme de floresta amazônica entre o Pará e o Amapá. A extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) ameaçava duas TIs e sete Unidades de Conservação (UCs).

Apesar da vitória, as votações das denúncias contra Michel Temer, no Congresso, fortaleceram as reivindicações da bancada ruralista. Temer usou o meio ambiente e os direitos dos povos tradicionais como moeda de troca para angariar votos dos deputados. A estratégia deu certo e as duas denúncias foram barradas. Como parte da negociata, Temer

assinou parecer da Advocacia Geral da União com diretrizes a toda a administração pública para a demarcação de TIs. A medida implica a paralisação das demarcações e impõe a tese do “marco temporal” a esses processos, uma demanda antiga dos ruralistas que restringe o direito territorial dos povos.

Agora, a bancada ruralista pretende aprovar o Projeto de Lei (PL) nº 3.729/04, que estabelece a lei geral do licenciamento ambiental. A versão atual do texto enfraquece a proteção ao meio ambiente e abre caminho para desastres como o de Mariana (MG). Outra proposta que os ruralistas querem aprovar na Câmara até fim do ano é o PL nº 3.751/15, que visa acabar com a criação de UCs se não houver indenização aos proprietários de imóveis nessas áreas em até cinco anos - uma grave ameaça no contexto de cortes sucessivos do orçamento para o meio ambiente.

Depois que a sociedade barrou as Medidas Provisórias 756 e 758, que retiravam o grau de proteção de milhares de hectares de UCs no Pará, o governo federal enviou nova medida (o PL nº 8.107/17), que pode retalhar a Floresta Nacional do Jamanxim e abrir a área protegida para exploração econômica e desmatamento.

Código Florestal em julgamento no STF

Teve início em setembro no Supremo Tribunal Federal o julgamento que está sendo considerado o mais importante para a história do meio ambiente no Brasil. Na pauta, quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (nº 12651/2002), que revogou o Código Florestal de 1965. As ações apontam inconstitucionalidades em 58 dispositivos da legislação.

O ministro Luiz Fux, relator da matéria, tratou de 22 pontos e julgou inconstitucionais apenas três pontos da lei. Entre eles a anistia a sanções administrativas e criminais, como multas, motivadas por desmatamentos ilegais cometidos por produtores rurais que

entraram nos Programas de Regularização Ambiental (PRA). Fux considerou que o governo pode aplicar sanções por novos crimes ambientais àqueles que tenham aderido a esses programas. Depois de dar seu voto, o julgamento foi suspenso por pedido de vista da ministra Carmem Lúcia, presidente do tribunal.

Não há previsão para a retomada do julgamento. Todos os outros dez ministros ainda devem votar. Apesar de não significar uma decisão final, o voto do relator é importante porque estabelece os elementos principais que serão discutidos até o fim do caso. Vale ressaltar que todos os dispositivos da nova lei que representaram retrocessos em relação à proteção e recuperação das Reservas Legais (RLs), por exemplo, foram considerados legais.

Esse foi o caso também da medição das Áreas de Preservação Permanentes às margens de rio pelo “leito regular” do curso de água, ou seja, pela média da variação do leito ao longo do ano. A lei anterior considerava o leito maior, definido na época de cheia. A mudança foi considerada um dos maiores retrocessos da nova legislação, com graves impactos sobre áreas com cheias sazonais, e representou a desproteção de cerca de 40 milhões de hectares de florestas, só na Amazônia, extensão equivalente ao território do Estado de São Paulo. O dispositivo ainda afeta diretamente o Pantanal. Um grupo de 30 artistas de renome nacional enviou uma carta ao STF pedindo que as ações contra o novo Código Florestal fossem atendidas.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2m73hln>



O advogado do ISA, Maurício Guetta, faz a sustentação oral durante o julgamento



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fDI5hc>

© KELLY LIMA



A expedição contou com 94 pessoas que percorreram 110 quilômetros no Rio Xingu durante cinco dias

Canoadas constata alterações provocadas por Belo Monte

Em sua quarta edição, a expedição percorreu a Volta Grande do Xingu para verificar as mudanças que a hidrelétrica de Belo Monte provocou na região. Desde a instalação da usina, o Rio Xingu sofre impactos que mudaram radicalmente a vida de indígenas e ribeirinhos que ali vivem. Dificuldade em navegar por trechos do rio, desaparecimento de locais de pesca tradicionais, aumento de pragas, diminuição e morte de peixes são alguns dos exemplos mais contundentes. Treze canoas com 94 pessoas navegaram pelo Xingu durante cinco dias por 110 quilômetros junto com os índios Juruna e ribeirinhos. Eles mostraram os impactos da usina e contaram como aprenderam a viver e resistir em um ambiente transformado. O fechamento das comportas e o barramento definitivo do rio, em novembro de 2015, intensificaram essas mudanças. Por não ter cumprido as condicionantes para a obter a licença de instalação, a Justiça determinou sua suspensão (veja quadro ao lado).

A Canoadas Xingu é realizada pela Associação Indígena Yudja Miratu da Volta Grande do Xingu (Aymix) em parceria com o ISA desde 2014. A novidade deste ano foi a participação de um grupo

O vai e vem da suspensão da licença de instalação

Dois anos após a emissão da Licença de Operação, Belo Monte continua enfrentando denúncias de violações aos direitos socioambientais. Em outubro, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu a Licença de Instalação. As obras estão paralisadas até que sejam regularizadas as moradias para abrigar as famílias despejadas em Altamira (PA). As casas prometidas pela Norte Energia, concessionária da usina, deveriam ser de alvenaria, de três tamanhos diferentes - de acordo com número de familiares. No entanto, todas as famílias foram reassentadas em casas de mesmo tamanho e de concreto. A distância dos locais de trabalho e estudo e a precariedade das construções - buracos e rachaduras - vêm sendo denunciadas pelos órgãos públicos. A Licença de Operação concedida em 2015 também está suspensa desde abril porque o sistema de saneamento básico da cidade de Altamira não está funcionando conforme condicionante prevista para a concessão da licença.

Saiba mais <http://isa.to/2xc7hWk>

de pesquisadores - entre antropólogos, geólogos, biólogos, especialistas em ictiofauna e na qualidade da água - para promover o debate sobre os impactos na região.



DIVULGAÇÃO

Equipe do ISA e da Conservação Internacional no estande do projeto Amazonia Live montado no Rock in Rio

Direto da Cidade do Rock para dentro do Xingu

Lançado em abril durante o festival É Tudo Verdade, em São Paulo, “Fogo na Floresta”, primeiro filme em realidade virtual filmado em uma aldeia indígena no Xingu, tornou-se uma ferramenta de comunicação importante para o ISA no segundo semestre de 2017. O curta dirigido por Tadeu Jungle, que mostra o cotidiano da aldeia Piyulaga, do povo Waurá (ou Wauja), e alerta para a ameaça do fogo descontrolado sobre a comunidade e a floresta, foi ativado em diversos eventos públicos nos últimos meses, promovendo a experiência imersiva de “estar no Xingu” para milhares de pessoas em diferentes cidades do Brasil.

Em setembro, no festival Rock in Rio, por exemplo, mais de 2 mil pessoas puderam colocar os óculos e, diretamente da Cidade do Rock, zona

oeste do Rio de Janeiro, viajar para dentro da aldeia indígena, na Amazônia mato-

-grossense. A ativação no festival ocorreu em estação do ISA e da Conservação Internacional, parceiros na iniciativa Amazonia Live junto com o Funbio e o próprio Rock in Rio, que está promovendo a restauração florestal na Bacia do Xingu, com a colaboração da Rede de Sementes do Xingu.

Em agosto, a imersão no “Fogo na Floresta” ocorreu em São Paulo durante a Virada Sustentável, e nos eventos “O que é a floresta tem” e “Presentes da Floresta – descubra suas origens”, no Mercado de Pinheiros. Também foi exibido na Central dos Correios, em SP, em evento do Greenpeace BR. Outro ponto alto da trajetória do filme foi sua presença na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, que pela primeira vez incluiu filmes em realidade virtual em sua programação. No final de novembro, o recado dos Waurá chegou ao público do festival Rec Play, em Recife, importante polo de tecnologia e inovação do nordeste do País.

SAIBA MAIS EM:

<https://www.youtube.com/watch?v=jv8nkw8hy-c>



Publicações trazem levantamentos socioambientais em Terras Indígenas

Desde 2012 o Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA vem elaborando publicações produzidas a partir de levantamentos socioambientais participativos com comunidades indígenas. No segundo semestre de 2017 foram publicados os levantamentos socioambientais realizados nas Terras Indígenas Sagarana e Rio Negro Ocaia (RO), com as comunidades Wari'; na TI Paraná do Boá-Boá (AM), com a comunidade Maku Nadëb da aldeia Jeremias; e na região de Auaris, na TI Yanomami (RR), com os Ye'kwana da comunidade Fuduuwaaduinha. Essas publicações têm se mostrado uma ferramenta importan-

te para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, além de servir como instrumento de amparo para as comunidades dialogarem com o poder público sobre suas demandas.

Os levantamentos estão relacionados com a elaboração de um Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas (SisTI), que vem sendo feito pela equipe do Monitoramento. Entre os itens levantados estão situação ambiental e territorial, saúde, educação, recursos naturais e segurança alimentar. Todas as publicações são distribuídas às comunidades, parceiros e apoiadores.

Manual une conhecimentos indígenas e científicos

O *Manual de Etnobotânica (Plantas, Artefatos e Conhecimentos Indígenas)* faz parte de um projeto pioneiro unindo instituições brasileiras e inglesas, com o objetivo de reconectar os povos indígenas do Rio Negro com as pesquisas e coleções do botânico inglês Richard Spruce, que esteve alguns anos na região, em meados do século XIX.

O projeto é realizado em parceria pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), o Instituto Socioambiental (ISA), o Jardim Botânico Real de Kew, a Birkbeck - Universidade de Londres, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o Museu Paraense Emílio Goeldi

(MPEG). Com apoio do Fundo Newton do Reino Unido, por meio do Conselho Britânico (Edital - Institutional Skills 2015), o projeto traz à tona dados e objetos coletados principalmente na Amazônia brasileira, que foram guardados em instituições inglesas há cerca de 150 anos.



O manual impresso será distribuído para instituições e comunidades indígenas da região do Rio Negro, e terá traduções em tukano e baniwa encartadas. **A versão digital pode ser acessada em <http://isa.to/2gvXzo9>.**

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2xYqqes>

O retrato dos ribeirinhos da Terra do Meio

O modo de vida das populações que vivem nas margens dos rios Iriri e Riozinho do Anfrísio e seu cotidiano estão descritos na publicação *Terra do Meio, os saberes e as práticas do beiradeiros do Rio Xingu e Riozinho do Anfrísio no Pará*, lançada em outubro. Com o objetivo de registrar as práticas e saberes associados ao universo beiradeiro, o ISA se juntou às comunidades ribeirinhas da Terra do Meio, mosaico de áreas protegidas que abriga enorme diversidade socioambiental, para ajudá-las a organizar as informações sobre seu patrimônio cultural.

O resultado é este livro de 523 páginas e mais de 400 imagens entre fotos e ilustrações feitas pelos pesquisado-

res. Foi construído durante três anos em conjunto com 15 pesquisadores beiradeiros e coordenado pela antropóloga do ISA, Anna Maria Andrade.

Mais de 80 pessoas de localidades dentro e fora das Reservas Extrativistas da Terra do Meio foram entrevistadas, além de beiradeiros que hoje vivem nas cidades de Altamira e Trairão.

Histórias de vida, percepções do ambiente, descrições de atividades extrativistas e agrícolas e festejos são alguns dos aspectos que o livro aborda. **Está disponível apenas em versão digital aqui** <http://isa.to/2A5Ltu2>.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2y8SBZb>

Publicações fortalecem línguas Yanomami

Professores e pesquisadores Yanomami acabam de lançar novos livros, ampliando a circulação de seus conhecimentos tradicionais nas aldeias e fortalecendo a escrita nas línguas yanomae, yanomama e sanõma. São novos materiais de leitura na língua materna que foram distribuídos nas aldeias, fruto de anos de produção e pes-

quisa de pesquisadores e professores indígenas das regiões de Papiú, Missão Catrimani, Awaris e Demini, em conjunto com pesquisadores não indígenas. São parceiros do projeto a Faculdade de Educação da UFMG, o ISA, a Diocese de Roraima, o Projeto de Documentação do Yanomama do Papiú e a Hutukara Associação Yanomami.



Inaha ipa pata thêpē kuama 1 aborda mitos e histórias narrados por um velho conhecedor das histórias Yanomami na região.



Orupē thēã reúne descrições e ilustrações de cobras peçonhentas ou perigosas, incluindo cobras míticas e cobras inofensivas.



Tā saōka wi ī tā waheta (volume 1 vogais / volume 2 consoantes) apoia o processo de alfabetização em língua sanõma.



Yuripē siki apresenta 56 peixes encontrados na região, bem como a descrição de suas características e habitat. O livro está escrito em yanomae e foi traduzido para o português.



Yipimuwi thēã oni – palavras sobre menstruação tem como fio condutor os rituais da primeira menstruação. É o primeiro livro yanomami de autoria majoritariamente feminina.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2iPAIbB>

Lançado o primeiro número da revista semestral *Aru*

O Programa Rio Negro lançou em dezembro o primeiro número de uma revista semestral dedicada a veicular resultados das pesquisas interculturais da Bacia do Rio Negro. Apoiada pela Fundação Moore, através de projeto de pesquisa e monitoramento ambiental e climático, a publicação busca amplificar a circulação e estimular a produção de conhecimentos indígenas e interculturais. Esse primeiro número traz 14 textos e artigos que mostram a diversidade e qualidade da produção que a revista busca tornar mais visível e acessível a um público mais amplo. **Está à venda na loja do site do ISA** (<https://loja.socioambiental.org/>).

Histórias do ISA no novo Google Earth

Durante o evento “Eu sou Amazônia”, que aconteceu em julho na sede do Google em São Paulo, o público teve acesso em primeira mão a histórias interativas contadas através de mapas, uma das novas funcionalidades do Google Earth, que agora pode ser acessado a partir de qualquer dispositivo com um navegador de Internet. Além disso, a plataforma registra 11 histórias sobre povos indígenas e comunidades tradicionais, três em parceria com o ISA, uma com a Associação de Remanescentes Quilombolas de Oriximiná e ainda histórias sobre os povos Yawanawá (AC), Tembé (PA), Cinta Larga (MT) e Paiter Suruí (RO).

As histórias contadas pelo ISA revelam experiências que já são desenvolvidas em projetos da organização com seus parceiros indígenas e na missão de comunicar ao grande público a importância de suas culturas, terras e direitos. Em uma delas, denominada “Eu sou aventura”, as pessoas são guiadas ao *Yaripo* ou Pico da Neblina (AM), na fronteira com a Venezuela, pelos Yanomami, e conhecem o projeto de turismo sustentável que eles estão construindo,

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2tEojA2>

com o apoio do ISA, da Funai e do Instituto Chico Mendes de Conservação

da Biodiversidade (ICMBio). Já a história “Eu sou resiliência” complementa o primeiro filme em realidade virtual feito pelo ISA, “Fogo na Floresta”, que leva o espectador para dentro do cotidiano da aldeia Piyulaga, do povo Waujá (ou Waurá), no Território Indígena do Xingu (TIX) e apresenta a ameaça que paira sobre todos os povos na Amazônia: o fogo fora de controle. O manejo do fogo, praticado há milênios pelos povos indígenas na abertura de roças, está sendo impactado pelas mudanças climáticas e pelo desmatamento no entorno do TIX, colocando em risco as florestas e matas.

Uma espécie de atlas das Terras Indígenas no Brasil é outra das novidades do ISA no Google Earth. Agora, para além dos mapas e informações gerais sobre todas as Terras Indígenas no Brasil que o ISA disponibiliza em seus sites, os usuários acessam perfis especiais de mais de 580 terras e conferem detalhes da história de 20 delas, dos povos que as habitam e dos desafios que enfrentam na atualidade. O objetivo é dar ainda mais visibilidade, em um novo formato, à luta pela demarcação das Terras Indígenas - direito conquistado pelos povos indígenas na Constituição de 1988, mas que vem sendo violentamente ameaçado nos últimos anos.

Livro sobre cogumelos Yanomami ganha o Prêmio Jabuti

Elaborado em iniciativa de pesquisa indígena e colaborativa intercultural, o livro *Ana Amopö: Cogumelos Yanomami* é o vencedor da 59ª. edição do Prêmio Jabuti, a principal premiação literária do país, na categoria Gastronomia.

Escrito em sanöma, uma das línguas da família linguística Yanomami, e traduzido para o português, a publicação resulta do trabalho de pesquisadores indígenas da região do Auari, no extremo noroeste de Roraima, na Terra Indígena Yanomami, em parceria com pesquisadores do ISA, do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), do Instituto de Botânica de São Paulo,

Cartilha registra boas práticas no manejo

Com a assessoria do ISA, foi elaborada e distribuída uma cartilha de boas práticas no manejo dos cogumelos, escrita em língua Yanomae. A ideia é reforçar junto aos Yanomami os cuidados a serem observados durante a coleta e secagem dos cogumelos que serão depois comercializados.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2lyX7KK>

do Instituto Federal de São Paulo, do Instituto de Micologia de Tottori, no Japão e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O trabalho minucioso de catalogação de cogumelos comestíveis, eixo central da obra, promove um diálogo entre os conhecimentos dos indígenas sobre alimentos e os conhecimentos científicos. Um dos resultados da pesquisa, o Cogumelo Yanomami, vendido inteiro ou em pó, está nas prateleiras do Mercado de Pinheiros, em São Paulo, e à venda também na loja online do ISA (<https://loja.socioambiental.org/>). A publicação reconhece e reforça a contribuição do modo de vida indígena para a preservação da floresta e da biodiversidade.

Ao lado de *Salaka Pö: peixes, crustáceos e moluscos*, o livro *Ana Amopö: Cogumelos Yanomami* faz parte da Enciclopédia de Alimentos Yanomami. O livro não está disponível para venda, porque uma versão atualizada está em produção. Quem tiver interesse em receber uma notificação quando a obra estiver disponível, envie um email para: relacionamento@socioambiental.org



SOCIOAMBIENTAL SE ESCRIVE JUNTO!

Junte-se ao ISA e apoie a luta pela defesa dos direitos indígenas e da diversidade socioambiental

www.socioambiental.org

Produtos da floresta e culinária do Rio Negro encantam embaixador da UE

O embaixador da União Europeia (UE) no Brasil, João Cravinho, esteve em São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico, para ver de perto o projeto Territórios da Diversidade Socioambiental que tem a missão de fortalecer uma nova economia florestal com povos indígenas, quilombolas e extrativistas.

O projeto é financiado pela UE e desenvolvido pelo ISA em São Gabriel com o seu parceiro local, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), em Roraima, com os Yanomami, no Xingu (MT e PA), com índios e extrativistas e no Vale do Ribeira (SP), com comunidades quilombolas.

O diplomata, que é português, experimentou novas frutas, receitas culinárias e se deliciou com os pratos de dois famosos cozinheiros locais, Dona Brazy e Conde Aquino, feitos com ingredientes do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Durante visita ao sítio Tamanduá, de Dona Lúcia Lopes, do povo Baniwa, conheceu frutas da região como o ingá e a cucura, chamada também de uva da Amazônia.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2xhFBz8>



Embaixador da UE (à dir.) planta muda de moringa na comunidade Yamado

Dona Lúcia, que mora às margens do Rio Negro, é uma das principais fornecedoras de pimenta in natura das famosas Casas da Pimenta, instaladas em cinco comunidades indígenas do Rio Negro.

O embaixador viajou acompanhado por Thierry Dudermeel, chefe do setor de Cooperação da União Europeia, e seu filho, Nicolas Dudermeel, estudante de Agronomia na Bélgica.

ISA entre as melhores ONGs do Brasil

Apenas 100 organizações, de 1500 inscritas, figuram na edição especial da revista Época, que reconheceu as que se destacam pelas melhores práticas de gestão e transparência. O ISA está entre elas.

A revista especial, uma parceria entre o Instituto Doar e a revista Época, foi criada para ser um guia de referências para o doador na hora de escolher para quem doar, e incentivar o reconhecimento e o dinheiro de doadores conscientes.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2vgijyb>

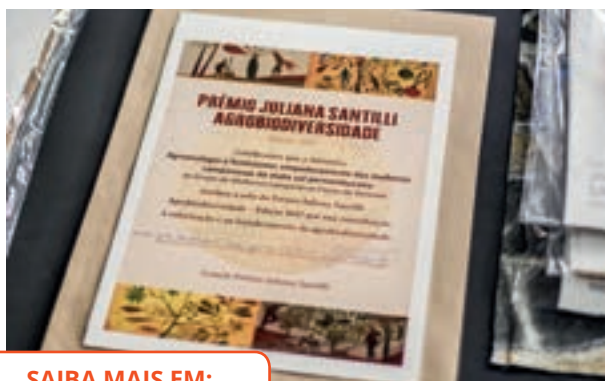
Para selecionar as 100 melhores, integrantes do Instituto Doar trabalha-

ram com professores e alunos da FGV-EAESP e jornalistas da Época. Entre os fatores de avaliação estão a causa e a estratégia de atuação, a organização e a gestão institucional e transparência, prestação de contas e comunicação.

O ISA vem trabalhando no desenvolvimento de sua área de Relacionamento e captação de recursos com indivíduos, por acreditar ser essencial para fortalecer sua atuação. Diante de constantes ameaças ao meio ambiente e ataques aos direitos indígenas e das populações tradicionais, o reconhecimento recebido comprova que estamos na direção certa.

Conheça os vencedores do Prêmio Juliana Santilli

No final de novembro, foi entregue o Prêmio Juliana Santilli – Agrobiodiversidade – Edição 2017, em cerimônia que aconteceu no Memorial Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2zMw6dp>



No alto, o selo de reconhecimento às iniciativas que fazem a diferença. Acima, o troféu Juliana Santilli

O prêmio contempla três categorias: as duas primeiras premiam iniciativas ligadas à produção e ao uso da agrobiodiversidade e uma terceira premia um texto sobre o tema.

- **Na categoria 1**, que contempla iniciativas que promovem a ampliação e a conservação da agrobiodiversidade, o vencedor foi o Projeto de Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger, do MST.
- **Na categoria 2**, de iniciativas que promovem e estimulam a agrobiodiversidade em experiências de economia solidária e associativa, os premiados foram as lideranças do Território Tenonde Porã, dos Guarani Mbya, na zona sul de São Paulo.
- **Na categoria 3**, o prêmio foi para a coletânea “Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais” que reúne textos de Ana Gabriela Morim de Lima, Igor Scaramuzzi, Joana Cabral de Oliveira, Laura Santonieri, Marilena Arruda Campos e Thiago Cardoso. Para cada categoria, foram concedidos também selos de reconhecimento às iniciativas que fazem a diferença na agrobiodiversidade.



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Craveiro Jr. (presidente), Geraldo Andreello (vice-presidente), Deborah de Magalhães Lima, Marcio Santilli e Marina Kahn. Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Comunicação: Bruno Weis (coordenador). Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Isabel Harari, Letícia Leite, Oswaldo Braga de Souza, Victor Pires Ferreira e Roberto Santos Almeida. Ilustrações: Rubens Matuck. Projeto gráfico e editoração eletrônica: Ana Cristina Silveira.

VISITE NOSSO SITE: WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamano@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua João Carneiro dos Santos, 149, casa 1, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.